



UNIVERSADIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
AVANÇOS E DESAFIOS

MARIA LOPES MOREIRA

ITAPORANGA – PB

2014

MARIA LOPES MOREIRA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
AVANÇOS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado no Curso de Especialização em Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para elaboração da monografia obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. MSc. Irenaldo Pereira de Araújo

ITAPORANGA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M835p Moreira, Maria Lopes

Práticas Pedagógicas na educação do campo [manuscrito] :
avanços e desafios / Maria Lopes Moreira. - 2014.

21 p.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof^o. Irenaldo Pereira de Araújo, Departamento
de Pós Graduação".

1. Educação do campo. 2. Prática pedagógica. 3.
Conhecimento. I. Título.

21. ed. CDD 370.11

MARIA LOPES MOREIRA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: AVANÇOS
E DESAFIOS**

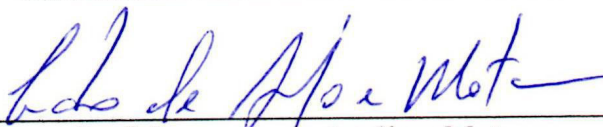
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 17/maio/2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Irenaldo Pereira de Araújo - Orientador
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof. Leonardo de Araújo e Mota
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Profª Carolina Cavalcanti Bezerra
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Ao meu pai, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À professora Soraya Maria Barros de Almeida Brandão pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Irenaldo Pereira de Araújo e Alex da Silva, que contribuíram ao longo de doze meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces - Aristóteles.”

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise da prática pedagógica na Educação do Campo, bem como perpassando pelos avanços alcançados como também pelos desafios a serem superados. Sabemos das dificuldades de se criar políticas públicas voltadas para esta modalidade de ensino, mas também sabemos das lutas travadas pelos movimentos sociais do campo na busca de uma educação voltada as populações rurais, pensado a sua realidade e adaptando tanto os conteúdos pedagógicos, como também os currículos, prática esta que afasta ainda mais as práticas pedagógicas quando se tem uma horizontalidade nos conteúdos, desprezando assim, as necessidades das pessoas que vivem no meio rural,

Palavras chaves: Prática pedagógica. Educação do campo. Conhecimento.

ABSTRACT

This study aims to analyze the pedagogical practice in Rural Education, as well as traversing the progress made as well as the challenges to be overcome. We know the difficulties of creating public policies for this type of education, but we also know the struggles waged by social movements in the countryside in search of an education facing rural populations, thought your reality and adapting both the educational content, as well as the curriculum, a practice that deviates further pedagogical practices when you have a horizontality in content, thus neglecting the needs of people living in rural areas,

Key Words: Pedagogical practice. Field education. Knowledge.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO ATUAL	13
3. O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CENÁRIO NACIONAL	15
3.1 O conceito de Educação do Campo	15
3.2 Princípios e propostas da Educação do Campo	18
4. CONSIDERAÇÕES	19
5. REFERÊNCIAS	20

1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo advém da cultura dos camponeses, com relação dialógica os quais estes possuem conhecimentos que não podem ser negados no contexto escolar e os sujeitos são autores da sua própria existência. Esta educação possui princípios que são essenciais para as ações educativas e são construídas intencionalmente, somam muitas conquistas as quais ainda são pontuais e tomam a forma de programas e não de políticas públicas consolidadas.

É importante a reflexão das práticas educativas através da ação-reflexão-ação, sobre o que realmente quer com as escolas do campo: o que fazer e o que construir buscando unificar o compromisso de afirmação da vida. Na busca da superação das dificuldades desenvolvidas, as práticas pedagógicas da Educação do Campo, trazem como desafio, pensar e repensar a escola, provocando mudanças significativas à vida das pessoas, trazendo-as para a sociedade humana a qual seus direitos sejam respeitados, tornando o campo um lugar participativo.

A Educação do Campo tem como princípio a formação humana, a qual deve ser todo o fundamento da educação, pois por meio dela os sujeitos têm a possibilidade de se constituir como ser responsável de seus atos, refletindo o seu estar no mundo e provocando mudanças.

Assim sendo, é preciso que as escolas reestruturem o Projeto Político Pedagógico das escolas do campo para que possa atender o povo camponês diante das práticas pedagógicas vivenciadas no cotidiano, promovendo assim o desenvolvimento do campo no que se refere à cultura, a diversidade de conhecimentos e capacidade de superação das dificuldades.

A Educação do Campo, filha da luta pela terra, nasce em contraposição da Educação Rural, a qual se associava a uma educação atrasada e sem qualidade e os seus programas de educação eram prontos para serem desenvolvidos sem a participação dos camponeses que subordinavam os estudantes a não refletirem sobre o espaço onde vive.

Em épocas mais recentes na década de 90, os movimentos sociais ligados ao campo, defendem uma educação diferente com propostas e iniciativas para a Educação do Campo, visando atender os camponeses a partir da realidade, vinculando sua cultura e participação social, não restringindo apenas ao campo. Esta educação vem conquistando direitos, por isso é importante não se acomodar, esperar que o Estado garanta as Leis na área da educação, saúde, pois a luta vai constituindo de sujeitos repletos de direitos.

[...] seria demasiado, ingênuo, até angelical da nossa parte esperar que a “bancada ruralista” aceitasse quieta e concordante a discussão nas escolas rurais e mesmo urbana do país, da reforma agrária, como

projeto econômico, político e ético da maior importância para o desenvolvimento nacional. (FREIRE, 1996, p. 111)

Assim, o inquietar-se dos movimentos sociais faz com que a sociedade civil se mobilize, buscando manifestação do poder público, que através das políticas públicas garanta a solução do problema, da falta de escola do campo e não apenas inserção das políticas compensatórias ou programas.

O objetivo deste trabalho é estimular a produção coletiva do conhecimento tendo a pesquisa como princípio educativo – fazer a socialização desses trabalhos em momentos oportunos a fim de contribuir com uma reflexão a respeito da construção do conhecimento, valorização dos sujeitos e de sua experiência, a fim de reverter a descontextualização do ensino nas escolas públicas do campo e alcançar uma educação de qualidade, a partir de práticas educativas inovadoras que para a pedagoga russa KRUPSKAYA (1979), educar é preparar pessoas inteiramente desenvolvidas com instintos, sociais, conscientes e formados, detentores de uma visão de mundo íntegra, de tudo que ocorre ao seu redor. São pessoas preparadas na teoria e na prática.

É preciso que os sujeitos do campo busquem formas de convivência, socializando e recriando valores através da luta pela terra e pela identidade, fazendo com que a Educação do Campo seja espaço de renovação de experiências e de culturas com práticas de pertença à terra, que possibilita a reflexão na práxis e na organização social, propondo uma relação campo e cidade comprometida com a solidariedade na gestão da política, produção e conhecimento. Assim a Educação do Campo retoma o espaço como um local rico e diversificado que estão no processo da criatividade e ao mesmo tempo produto e produtor da cultura.

A superação da dicotomia entre o rural e o urbano e a relação da pertença diferenciados e abertos para o mundo são alguns dos elementos que identificam a Educação do Campo. Para tanto, a efetivação da Escola do Campo exige a implementação de políticas públicas que compreenda a Educação do Campo a partir de alguns princípios e no Caderno de Subsídios da Educação do Campo (2003, p. 37) define os Princípios desta Educação da seguinte forma: “Raízes de uma árvore, que tiram a seiva da terra (conhecimentos), que nutrem a escola e fazem com que ela tenha flores e frutos (a cara do lugar onde ela está inserida e dos sujeitos sociais a quem se destina).”.

2. EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO ATUAL

Os conteúdos escolares pouco nos ajudam a resolver nossos problemas do dia a dia. O simples fato de Saber ler, escrever e contar é insuficiente para encarar as constantes mudanças provocadas pelo acelerado processo de globalização.

Isso acontece porque os alunos não conseguem fazer a aplicabilidade no cotidiano daquilo que é aprendido em sala de aula. Em relação à descontextualização. Molina (2006) afirma que

“A desvalorização dos conhecimentos práticos/teóricos que trazem os sujeitos do campo, construídos a partir de experiências, relações sociais, de tradições históricas e principalmente, de visões de mundo, tem sido ação recorrente das escolas e das várias instituições que atuam nestes territórios.” (p. 14).

Precisamos criar e experimentar novas metodologias de ensino. É preciso criar situações de ensino e aprendizagem onde haja maior aproximação entre os conhecimentos escolares e as práticas sociais dos sujeitos.

Desde a década de 1990, o Brasil vem encarando o desafio de buscar alternativas de como levar uma educação de qualidade integrada à geografia local dos sujeitos – o ensino contextualizado. Contextualização é uma estratégia utilizada pelos professores (ou ao menos deveria ser), a fim de possibilitar aos alunos dar significados ao que está aprendendo através da prática. Foi na década de 90 que o modelo de educação contextualizada começou a se expandir. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394 de 1996, prevê em seu artigo 28, que a oferta de educação básica nas escolas localizadas no campo deve ser baseada em conteúdos curriculares e metodologias adaptadas às especificidades de cada localidade a fim de melhorar o processo de ensino aprendizagem.

Toda proposta de ensino contextualizado tem como principal foco abordar os conteúdos escolares tendo como embasamento, os espaços de manifestação dos sujeitos, proporcionando-os uma maior relação entre o educando e a localidade em que vivem estimulando-as por meio de recursos metodológicos que proporcione aos educandos apreciar as potencialidades locais. Porém, muitas pessoas ponderam que esses procedimentos

metodológicos pretendem fixar os educandos do campo nas suas regiões, impedindo-lhes que conheçam outras maneiras de viver.

3 . O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo se faz através dos Movimentos Sociais com seus diferentes sujeitos, pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, roceiros, Sem Terra.

Diante de tantas lutas é aprovada as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que anuncia recomendações aos governantes, medidas relacionadas à educação escolar que possa atender a população camponesa e representar um novo Brasil rural, com novos caminhos, envolvendo uma organização permanente para fortalecer a discussão da Educação do Campo no âmbito nacional. O Artigo 2º destas Diretrizes institui:

Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (BRASIL, 2002).

Nesta trajetória da Educação do Campo, a participação do Estado, das universidades, dos movimentos sociais e sociedade civil se fazem presentes e torna-se visível a conquista da Educação do Campo na teoria da Legislação Educacional.

3.1. O conceito de Educação do Campo

Educação do Campo é um conceito que há pouco mais de uma década, em 1998, na I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, estado de Goiás, a partir da intensificação da articulação dos movimentos sociais do campo. A luta por uma educação diferenciada para as populações do campo tem se fortalecido e diversos

avanços têm sido registrados. Essa trajetória não foi linear nem tampouco realizada sem uma consistente articulação da sociedade civil do campo através dos movimentos sociais, na luta pela terra, por seus territórios, por educação e pelo respeito ao modo de viver e conviver com seus pares e com a natureza. A partir daí, foram evidenciados avanços significativos na elaboração dos marcos legais para a regulamentação da Educação do Campo, considerada como um novo campo educacional e que contempla aspectos epistemológicos, filosóficos, sociológicos, antropológicos e pedagógicos.

A Educação do Campo, então, é a que pensa ‘de dentro’, com o olhar ‘a partir’ da realidade do campo, dos seus sujeitos, de suas especificidades culturais, no jeito de crer, produzir, festejar – de ser. É a Educação *do* Campo, e não *no* campo, conhecida como educação rural e que vem sendo pensada e executada de fora para dentro, *nas* comunidades e não *com* as comunidades, que não apresenta vínculos com a dinâmica e contexto local. Fernandes, Cerioli e Caldart, no texto preparatório da I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”.

Arroyo, ao escrever quase dez anos após a edição da LDBEN, ainda aponta aspectos dessa luta:

A questão que teremos de nos colocar é que escola, que concepção e prática pedagógica, que estrutura escolar dará conta do direito à educação básica. Em outros termos, devemos ter clareza, como educadores, de que pode estar acontecendo um descompasso entre o avanço da consciência dos direitos e a educação escolar. O movimento social avança. O homem, a mulher, a criança, o jovem no campo estão se constituindo como novos sujeitos sociais, e a escola continuará ignorando essa realidade nova? Não nos é pedido que como educadores dinamizemos a sociedade rural a partir da escola, mas que dinamizemos a escola, nossa ação pedagógica, para acompanhar a dinâmica do campo. (ARROYO, 2005, p. 73-74).

A Constituição Federal de 1988, fruto da mobilização da sociedade brasileira através das Assembleias Constituinte, sem dúvida ampliou o conceito de cidadania e o direito à educação, contudo não fez constar nenhuma especificidade no que se refere às populações rurais, com exceção à referência feita ao direito à utilização da língua materna e processos próprios de aprendizagem dos povos indígenas. Na Seção I Da Educação, do Capítulo III, que trata Da Educação, da Cultura e do Desporto, o primeiro artigo diz:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.104).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, editada em 1996, hoje treze anos depois, representa um avanço nessa luta das populações rurais ao fazer constar em seu texto-base as peculiaridades do campo, garantindo o direito a uma educação diferenciada e abrindo possibilidades para a construção e consolidação de escolas organizadas com outra concepção tanto em sua estrutura de gestão escolar quanto epistemológica e didático-metodológica.

O Artigo 28 da LDBEN trata do tema:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

(BRASIL. 1996.)

Nessa perspectiva e de posse de alguns direitos sociais garantidos e institucionalizados, tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na legislação educacional atual, LDBEN 9394/96, os povos do campo fortalecem ainda mais a sua história, não mais como sujeitos passivos, mas como sujeitos *de e da* ação.

3.2. Princípios e propostas da Educação do Campo

Os princípios da Educação do Campo são essenciais para as ações educativas. Eles propiciam vida à escola. A organização escolar e curricular e a participação dos educadores são fundamentais para a construção de alternativas de desenvolvimento social no campo, com as práticas pedagógicas que deve fortalecer e exigir novos conhecimentos e valores, combinando de forma política, econômica e cultural com o projeto educacional proposto pelos camponeses, respeitando os sujeitos, com sua história, com seus conhecimentos e cultura.

É preciso construir coletivamente algumas referências para processos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola e que permitam que ela seja obra e identidade dos sujeitos que ajudam a formar, com traços que a identifiquem com o projeto político pedagógico da Educação do Campo.

As propostas destes princípios políticos apontam que a Educação do Campo deve ser compreendida de forma coletiva partindo dos saberes da terra e a relação com a natureza. Ela é desenvolvida como ação de um movimento que afirma a realidade educacional dos povos do campo e tem o trabalho e a pesquisa como princípio educativo. Estes elementos são subsidiados pela interdisciplinaridade a qual “é entendida como interpretação de método e conteúdo entre disciplinas que se dispõe trabalhar conjuntamente um determinado objeto de estudo”, (FREITAS, 2005, p.91) os quais geram novos conhecimentos, novos conteúdos, outros temas e ações concretas de intervenção.

4. CONSIDERAÇÕES

Para fazer acontecer educação do campo é importante que os conhecimentos a serem trabalhados sejam construídos coletivamente no ambiente escolar e fora dele. Mais do que formação é necessário força de vontade para estabelecer esta conexão entre os conhecimentos locais e globais. Para discutir concretamente sobre os processos de sustentabilidade da comunidade, é necessário discutir primeiramente a sustentabilidade dos processos pedagógicos da escola para que haja continuidade e ampliação das práticas educativas.

É uma proposta educativa inovadora porque rompe com as barreiras do espaço escolar e do individualismo e vai além, para dialogar democraticamente com os sujeitos da comunidade. Para isso, é preciso que as famílias da comunidade estejam cientes deste novo processo, pois isso implica em mexer no currículo, o que torna nossas práticas desafiadoras para que possamos proporcionar o envolvimento ativo dos educandos e da comunidade através da conexão interdisciplinar dos conteúdos escolares e suas precisões.

A necessidade de tomar decisões concretas e partir para a ação dentro de um contexto coletivamente construído e planejado surge a necessidade de organizar o trabalho pedagógico que envolve também o administrativo, pois é a capacidade de organização que vai garantir a realização. É neste momento que apresenta a revelação dos compromissos de todos os responsáveis pela educação escolar (pais, educadores, educandos, comunidade em geral) na garantia de fazer acontecer a todos os educandos o que foi proposto como fundamental para sua formação emancipatória.

Enfim, sabemos dos percalços existentes em relação às práticas pedagógicas voltadas para a educação do campo, contudo, devemos criar possibilidades para que as propostas metodológicas sejam aplicadas na sua totalidade, levando em consideração o meio em que o educando está inserido, e principalmente os conhecimentos prévios, ou seja, seu conhecimento de mundo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. “A Educação Básica e o Movimento Social do Campo”. In CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Orgs). **Por uma educação do campo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARROYO, Miguel González, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: 4ª Ed, Vozes, 2009.

ARROYO. Miguel Gonzáles, FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma Educação do Campo: a educação básica e o movimento social do campo**. Vol. 02. Brasília1999.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da educação. Lei nº 9394, de 1996.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação – Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referência para uma política nacional de Educação do Campo. **Caderno de subsídios**, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma política nacional de educação do campo. **Caderno de Subsídios**, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em 14 de abril de 2014.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa**. 2.ed. Paz e terra , São Paulo, (Coleção leitura) 1996

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica de organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papyrus, 1995- (Coleção Magistério: formação e trabalhopedagógico).

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SOUZA, M.A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST.** Petrópolis: Vozes, 2006.